

IMPLANTAÇÃO E TRABALHO DA CONSULTORIA

Criada pelo Projeto de Resolução nº 7.015 de 2021, a Consultoria Institucional de Acompanhamento Financeiro e Orçamentário da Assembleia Legislativa, é um órgão técnico dentro da estrutura administrativa da Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora, vinculada à Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária e abriga em seu corpo técnico uma equipe multidisciplinar, formada por profissionais com vasta experiência, que trabalha em colaboração com as comissões permanentes, em especial à Comissão de Orçamento.

É importante ressaltar que cabe ao Poder Executivo executar todo o Orçamento do Estado e que nenhuma despesa pública pode ser executada fora da LOA, todavia, sabemos que nem todas as ações previstas na peça orçamentária são, por razões diversas, executadas pelo governo.

É nesse sentido que a iniciativa da mesa diretora em criar a Consultoria Institucional de Acompanhamento Financeiro e Orçamentário – CIAFO revela-se de suma importância para o apoio institucional aos Parlamentares e assessoria em matéria orçamentária e financeira, qualificando o debate entre os poderes legislativo e executivo, além de garantir a transparência, o acompanhamento e a divulgação de informações, sobretudo acerca das Emendas Parlamentares Impositivas.

Imediatamente após a criação, a CIAFO encontrou um quadro desfavorável na execução das Emendas Parlamentares Impositivas.

Em junho de 2021 havia um **saldo a executar** na ordem de 98,43%, em dezembro de 2021, seis meses após o início dos trabalhos da CIAFO, sobretudo na articulação com secretarias e órgãos governamentais, assessorias dos gabinetes parlamentares e Comissões, **o saldo a executar** caiu para 12,06%, sendo 88,94% **executados**.

Diante do avanço, redobrou-se o esforço para que o saldo a executar em 2021 não fosse perdido e sim, mantido para ser executado em 2022. Consultando o sistema FIPLAN, pode-se verificar **saldo ZERO e executar** referente ao ano de 2021.

No ano de 2022, a lei eleitoral manteve a execução de várias emendas sobrestadas até que as vedações cessassem, ainda assim, com esforço concentrado e compartilhado entre as equipes envolvidas, o **valor executado** chegou a 83,79%, sendo R\$ 4,68 **PED**, 18,90% **empenhados** (18,90%), 3,58% **liquidados**, 56,63% **pagos**, restando apenas R\$ 12,31% **a executar**.

A regularidade do trabalho e o esforço empreendido pelas equipes no crivo rigoroso nos processos, desde o lançamento até a etapa final com o pagamento da emenda é o que garantirá o êxito da distribuição de recurso aos municípios, porque é por meio das emendas que os parlamentares procuram aperfeiçoar a proposta encaminhada pelo Poder Executivo, visando uma melhor distribuição dos recursos públicos para financiar obras e serviços essenciais em todas as regiões do estado, assim teremos uma população melhor assistida, com as ações de saúde, educação, segurança pública, preservação ambiental e infraestrutura chegando até a ponta, onde residem os cidadãos.